

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.835.517 - SP (2019/0260694-1)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
RECORRENTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
RECORRIDO : JOAO PABLO DE OLIVEIRA MORAES ROCHA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANE VINCHE ZAMPAR - DEFENSORA PÚBLICA

EMENTA

RECURSO ESPECIAL. PENAL. ROUBO E EXTORSÃO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL E VIOLAÇÃO DOS ARTS. 157, § 2º, E 158, § 3º, AMBOS DO CP. PLEITO DE RESTABELECIMENTO DO RECONHECIMENTO DO CONCURSO MATERIAL. PROCEDÊNCIA. EXIGÊNCIA DA ENTREGA DE CARTÕES BANCÁRIOS COM AS RESPECTIVAS SENHAS E APODERAMENTO DE DEMAIS BENS. CONDUTAS DIVERSAS. DELITOS AUTÔNOMOS. INCABÍVEL O RECONHECIMENTO DE CRIME ÚNICO. PRECEDENTES DO STJ. DETERMINADO O RETORNO DOS AUTOS À ORIGEM PARA ANÁLISE DA TESE DEFENSIVA, DE DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA A FIGURA DO ART. 158, § 1º, DO CP, JULGADA PREJUDICADA.

Recurso especial provido nos termos do dispositivo.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo **Ministério Público de São Paulo**, com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, contra o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça local na Apelação Criminal n. 0107948-55.2017.8.26.0050 (fls. 555/570).

Roubo qualificado e extorsão qualificada - Recurso defensivo pleiteando, preliminarmente, a nulidade da r. sentença por violação ao princípio da correlação. No mérito, a absolvição por insuficiência probatória e, subsidiariamente, a desclassificação o delito do art. 158, § 3º, do Código Penal para o § 1º do mesmo dispositivo, afastamento da qualificadora do emprego de arma, aumento mínimo pelas qualificadoras do roubo, reconhecimento de crime único, ou aplicação do concurso formal ou da continuidade delitiva - Preliminar afastada - Sentença válida - Juízo que valeu-se de *emendatio libelli*, nos termos do art. 383 do Código de Processo Penal - Conduta descrita na denúncia - No mérito, provas francamente incriminadoras - Autoria e materialidade do delito de roubo bem comprovadas - Crime único - Impossibilidade de responsabilização do réu pelo crime de extorsão - Constrangimento para o fornecimento da senha do cartão representando um desdobramento natural da conduta de subtrair coisa alheia móvel - Privação da liberdade da vítima com o fim único de facilitar a execução do roubo - Inexistência de dois crimes autônomos, cometidos sucessivamente - Crime consumado - Qualificadoras do emprego de arma de fogo, concurso de agentes e restrição da liberdade do crime de roubo demonstradas pela prova oral - Irrelevância da não apreensão da arma de fogo - A vítima ficou em poder dos assaltantes por um período considerável - Pena

Superior Tribunal de Justiça

ajustada - Pena base fixada no mínimo legal - Ajuste do aumento pela reincidência - Apenas uma condenação com trânsito em julgado anterior - Aumento de 5/12 escoreito, em razão das três qualificadoras - A aplicação da tabela para o aumento da pena não leva em conta unicamente a praticidade numérica, aliando-se a isso também outros aspectos objetivos e subjetivos, a fim de que prevaleça o justo no processo penal - Regime prisional fixado com critério - Personalidade deturpada, causadora de risco à ordem pública, de quem envereda para a prática desse tipo de criminalidade - Necessidade de maior reprovabilidade de modo a prevalecer o parâmetro da suficiência - Dado parcial provimento.

O recurso especial, além de indicar a presença de dissídio jurisprudencial, aponta a violação dos arts. 157, § 2º, e 158, § 3º, ambos do Código Penal, sob a tese de que *se o agente subtrai objetos da vítima e a obriga a entregar senha de cartão eletrônico, pratica crimes de roubo e extorsão em concurso material, não se podendo falar em absorção da extorsão pelo roubo* (fl. 600).

Destaca o recorrente que *é sabido que se o agente subtrai objetos da vítima e a obriga a entregar senha de cartão eletrônico, pratica crimes de roubo e extorsão em concurso material, não se podendo falar em absorção da extorsão pelo roubo, haja vista a diversidade de condutas, com desígnios diversos. [...] É conhecida a diferença entre os crimes de roubo e extorsão, assim como a discussão doutrinária sobre o tema. No roubo, o agente tem a possibilidade de se apoderar da coisa alheia com ou sem a sua entrega pela vítima, enquanto que na extorsão, o agente não tem como alcançar o patrimônio alheio sem o concurso de um comportamento da vítima* (fls. 601/602).

Relata que *é o que ocorreu no caso dos autos, uma vez que os agentes, para a realização de saques em caixas eletrônicos, constrangeram a vítima a fornecer a senha do cartão de crédito. E, no mesmo contexto fático, também subtraíram dela os bens descritos na denúncia, dentre eles, um telefone celular, um perfume, uma CNH e um veículo Renault/Megane. [...] Assim, diversamente do assentado no v. acórdão, a circunstância de a vítima ter sido coagida a revelar a senhas do seu cartão no mesmo contexto em que também eram subtraídos seus bens não é o elemento relevante para se falar no delito de roubo. Para a tipificação desse último delito, a atitude da vítima teria que ser irrelevante para os sujeitos ativos alcançaram o seu patrimônio, como, por exemplo, na subtração do automóvel, do celular, do perfume. No caso presente, os agentes não teriam conseguido obter a senha do cartão sem o comportamento do*

Superior Tribunal de Justiça

ofendido de fornecer-lhes essa informação. A imprescindibilidade dessa conduta da vítima para fins de obtenção da vantagem econômica é o que configura o crime de extorsão, distanciando-se da figura do roubo (fl. 603).

Quanto ao dissenso jurisprudencial, expõe que *para o acórdão impugnado, "o constrangimento exercido para que a vítima fornecesse a senha, logo em seguida à subtração da carteira, nada mais representou que um desdobramento natural de uma única conduta". [...] Para o aresto paradigma, em sentido contrário, "configuram-se os crimes de roubo e extorsão, em concurso material, se o agente, após subtrair alguns pertences da vítima, obriga-a a entregar o cartão do banco e fornecer a respectiva senha" (fls. 615/616).*

Pede o recorrente o conhecimento e provimento do recurso especial para que seja restabelecida a sentença condenatória, quanto à condenação do recorrido pelo crime do art. 158, § 3º, do Código Penal.

Oferecidas contrarrazões (fls. 632/635), o recurso especial foi admitido na origem (fl. 639).

O Ministério Público Federal opina pelo provimento da insurgência (fls. 648/654).

RECURSO ESPECIAL. ROUBO E EXTORSÃO. ABSOLVIÇÃO DA IMPUTAÇÃO DE EXTORSÃO. IMPOSSIBILIDADE. CRIMES DISTINTOS. OBJETOS MATERIAIS E MOMENTOS CONSUMATIVOS DIVERSOS. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO MINISTERIAL.

É o relatório.

Quanto ao pedido de restabelecimento do reconhecimento do concurso material entre os crimes de roubo e de extorsão, extrai-se da exordial acusatória que *consta dos inclusos autos de inquérito policial que, por volta de 02hs00 do dia 13 de maio de 2017, na Av. General Charles de Gaulle, nº 316, neste município e comarca, FILLIPO HENRIQUE DONHA ZUZARTE (qual. às fls. 28/32), LEONARDO SILVA CORDEIRO DA COSTA (qual. às fls. 36/40) e JOÃO PABLO DE OLIVEIRA MORAES ROCHA (rg 37.263.838 SSP/SP, qualificação abaixo), agindo em concurso*

Superior Tribunal de Justiça

de vontades e previamente ajustados entre si e com o adolescente C R A A, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e restrição da liberdade da vítima, constrangeram Bruno Cavalcante de Oliveira a lhes fornecer o cartão de crédito e a informar a senha do referido cartão, com o intuito de obter para eles ou para outrem, vantagem econômica. [...] Consta ainda dos inclusos autos de inquérito policial que, em hora incerta, mas posteriormente às 02hs00 do dia 13 de maio de 2017, na Rodovia SPA 015/330, Anhanguera, neste município e comarca, FILLIPO HENRIQUE DONHA ZUZARTE (qual. às fls. 28/32), LEONARDO SILVA CORDEIRO DA COSTA (qual. às fls. 36/40) e JOÃO PABLO DE OLIVEIRA MORAES ROCHA (rg 37.263.838 SSP/SP, qualificação abaixo), agindo em concurso de vontades e previamente ajustados entre si e com o adolescente C R A A, mediante grave ameaça exercida com emprego de arma de fogo e restrição da liberdade da vítima, subtraíram para eles a carteira nacional de habilitação, um perfume, marca 212 VIP, um aparelho de telefone celular, a quantia de R\$180,00 (cento e oitenta reais), e o veículo Renault/Megane, placas KWN2120, tudo de propriedade de Bruno Cavalcante de Oliveira (fl. 4).

A Corte de origem, no voto condutor do acórdão da apelação criminal, tratou do tema da seguinte forma (fl. 563 – grifo nosso):

[...]

Por outro lado, **ao contrário do que entendeu a douta magistrada sentenciante, não restou configurado o crime de extorsão descrito na denúncia.**

Isso porque, **com base nas provas colhidas, não se vislumbra nos autos dois crimes autônomos cometidos sucessivamente. Ao contrário, o constrangimento exercido para que a vítima fornecesse a senha, logo em seguida à subtração da carteira, nada mais representou que um desdobramento natural de uma única conduta, a de subtrair coisas alheias móveis. Em outras palavras, a privação da liberdade da vítima teve por fim único facilitar a execução do roubo.**

Assim, *in casu*, tratou-se somente do crime de roubo. **O contexto fático foi único e o patrimônio atingido da mesma vítima, devendo ser afastado o concurso de crimes.**

Consequentemente, fica superada a necessidade de análise do pleito de desclassificação do delito do art. 158, § 3º, do Código Penal, para o § 1º do mesmo dispositivo legal, ante a manutenção da condenação apenas pelo crime de roubo.

[...]

Superior Tribunal de Justiça

Da leitura do trecho acima transcrito, verifica-se que razão assiste ao recorrente.

Com efeito, *a conduta do agente, consistente em subtrair bens pertencentes à vítima mediante grave ameaça e, ainda, em exigir a entrega do cartão bancário e senha, embora realizada no mesmo contexto, caracteriza, de forma autônoma, os delitos de roubo e de extorsão* (REsp n. 1.255.559/DF, de minha relatoria, Sexta Turma, DJe 25/6/2013).

Ademais, é pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que **os crimes de roubo e extorsão, conquanto de mesma natureza, por serem de espécies diversas, não possibilitam a aplicação da regra do crime único, nem do crime continuado, ainda quando praticados em conjunto**, como no caso dos autos.

Em caso similar ao dos presentes autos, assim manifestou-se a Sexta Turma:

PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. **ROUBO E EXTORSÃO. REDUÇÃO DA PENA AQUÉM DO MÍNIMO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 231 DO STJ. CONTINUIDADE DELITIVA ENTRE OS DELITOS. INEXISTÊNCIA. CONCURSO MATERIAL. INCIDÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.**

1. O entendimento desta Corte Superior é uníssono acerca da incidência da Súmula n. 231 do STJ na segunda etapa da dosimetria da pena, de forma que a reprimenda, nesse momento, não pode ser reduzida a patamar inferior ao mínimo previsto em lei para o delito em questão.

2. **A jurisprudência desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal é firme em assinalar que se configuram os crimes de roubo e extorsão, em concurso material, se o agente, após subtrair, mediante emprego de violência ou grave ameaça, bens da vítima, a constrange a entregar o cartão bancário e a respectiva senha, para sacar dinheiro de sua conta corrente.**

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 323.029/DF, Ministro Rogério Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe 12/9/2016 – grifo nosso).

Cito, ainda, os seguintes julgados: HC n. 281.130/SP, Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe 31/3/2014 e HC n. 185.815/SP, Ministra Marilza Maynard (Desembargadora convocada do TJ/SE), Sexta Turma, DJe 24/2/2014.

Tem-se, assim, que o acórdão recorrido se encontra em dissonância com a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma, afastado o fundamento colacionado pela Corte paulista, impõe-se o retorno dos autos para seja analisado o pleito de desclassificação do delito do art. 158, § 3º, do Código Penal, para o § 1º do mesmo dispositivo legal.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, III, do RISTJ, **dou provimento** ao recurso especial para reconhecer a tipificação do crime de extorsão, determinando, o retorno dos autos à origem para análise da tese defensiva, julgada prejudicada.

Publique-se.

Brasília, 08 de outubro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

